

**Gênero, poder e esporte:
A construção da identidade feminina no futebol e seus desafios**

Giovanna Lima Maldonado¹

Bruno César dos Santos²

RESUMO:

A construção social das identidades de gênero estabelece normas e expectativas que moldam oportunidades e limitações para homens e mulheres. No contexto esportivo, essa diferenciação reforça a marginalização do futebol feminino, dificultando sua consolidação e reconhecimento. Este artigo analisa a relação entre gênero e dominação simbólica no futebol, investigando como a estrutura do esporte reforça desigualdades históricas. A pesquisa fundamenta-se nas teorias da violência simbólica de Bourdieu (2012), da performatividade de Butler (2018) e nos estudos de Goellner (2007, 2021) sobre a marginalização da mulher no esporte. A metodologia adotada é bibliográfica, baseada na revisão de literatura acadêmica. Conclui-se que a exclusão das mulheres do futebol é um reflexo da estrutura patriarcal da sociedade, perpetuada por mecanismos simbólicos que dificultam a equidade no esporte.

PALAVRAS-CHAVE:

Identidade de Gênero; Performatividade; Futebol feminino; Esporte e desigualdade.

1. INTRODUÇÃO

¹ Aluna do curso de Jornalismo da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e participante do programa de Iniciação Científica da FAPCOM. E-mail: 221278@sou.fapcom.edu.br;

² Professor dos cursos Bacharelados, Licenciatura e Tecnólogos da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e docente dos grupos de pesquisa "Infotainment, kitsch e endereçamento: diálogo informal, humor velado e hibridismo genérico em programas telejornalísticos e talkshows brasileiros" e "Histórias do Rádio e da TV: Em prol da construção do museu da fala do radialismo paulista" E-mail: bruno.santos@fapcom.edu.br;

A construção social das identidades de gênero está fundamentada em normas, símbolos e expectativas que delimitam papéis e comportamentos de homens e mulheres. Desde a infância, a socialização impõe barreiras e oportunidades distintas, moldando trajetórias e perpetuando desigualdades estruturais (BERGER; LUCKMANN, 1978). O conceito de gênero não é uma categoria fixa, mas sim uma construção histórica e cultural que se adapta conforme o contexto social (KIMMEL, 1998). Ao longo da história, a oposição entre masculino e feminino consolidou-se como um eixo organizador das relações sociais, estabelecendo hierarquias que favorecem a dominação masculina (BOURDIEU, 2012).

No campo esportivo, essa lógica é particularmente evidente. O futebol, um dos esportes mais populares e de maior impacto global, tem sido historicamente associado à masculinidade, relegando a prática feminina à marginalização e ao preconceito. Desde a proibição oficial do futebol feminino no Brasil, entre 1941 e 1979, até a luta contemporânea por reconhecimento e equidade, as mulheres enfrentam desafios que ultrapassam a esfera esportiva e se conectam à reprodução da dominação simbólica (GOELLNER, 2007). A segregação de gênero no esporte é um reflexo da estrutura social que reforça a inferiorização do feminino e a exclusão de mulheres de espaços de prestígio (BEAUVOIR, 1976 apud Favero, 2011).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte problematização: como a construção social das identidades de gênero contribui para a perpetuação da dominação simbólica masculina no futebol? Partimos de duas hipóteses: (1) a estruturação do esporte a partir de valores masculinos reforça a exclusão e a desvalorização da prática esportiva feminina; (2) a naturalização da oposição entre masculino e feminino limita a participação das mulheres no futebol, consolidando hierarquias e barreiras institucionais.

O objetivo geral do estudo é analisar como a construção das identidades de gênero influencia a dominação simbólica no futebol feminino. Para tanto, traçamos três objetivos específicos: (1) compreender o processo histórico de exclusão feminina no futebol e sua relação com a construção das identidades de gênero; (2) discutir as manifestações da violência simbólica

no contexto esportivo, a partir da teoria de Bourdieu; e (3) examinar as estratégias de resistência e superação das barreiras impostas às mulheres no futebol.

A fundamentação teórica será ancorada nos estudos de Bourdieu (2012), que discute a dominação masculina e a violência simbólica; Butler (2018), que problematiza a performatividade de gênero e a desconstrução das identidades fixas; e Goellner (2007, 2021), que analisa a marginalização das mulheres no esporte e os desafios enfrentados pelo futebol feminino. Além disso, recorreremos a estudos que abordam o papel do patriarcado na exclusão feminina no esporte e a luta das mulheres pela igualdade de condições dentro do futebol.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar a discussão sobre a presença feminina no esporte, especificamente no futebol, e as barreiras impostas pela construção social do gênero. Embora avanços tenham ocorrido, a desigualdade ainda é evidente, seja no investimento financeiro, na visibilidade midiática ou na representatividade feminina em cargos de liderança esportiva. Assim, a análise da relação entre gênero e dominação simbólica no futebol permite não apenas compreender as dinâmicas de exclusão, mas também apontar caminhos para a superação dessas barreiras.

Metodologicamente, esta pesquisa é de caráter bibliográfico, baseada na revisão de literatura especializada sobre gênero, esportes e dominação simbólica. A partir da articulação de diferentes perspectivas teóricas, buscamos construir um debate interdisciplinar que contribua para a reflexão sobre as desigualdades de gênero no futebol e a luta por equidade dentro do esporte.

2. ENTRE O MASCULINO E O FEMININO: A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

A construção social do gênero está enraizada em normas, símbolos e atitudes que estabelecem padrões de comportamento para homens e mulheres. Desde o nascimento, a sociedade impõe expectativas que limitam experiências e oportunidades, determinando o que é considerado adequado para cada gênero. O modo como as crianças são vestidas, os brinquedos que recebem e

as atividades que lhes são incentivadas são expressões dessa construção. Esse processo não apenas influencia trajetórias individuais, mas reforça estereótipos que perpetuam desigualdades estruturais (BERGER; LUCKMANN, 1978).

A identidade de gênero não é uma essência fixa, mas sim uma construção histórica e cultural, sujeita a mudanças conforme o contexto social (KIMMEL, 1998). Dessa forma, o que é considerado feminino ou masculino varia não apenas entre diferentes culturas, mas também ao longo do tempo. Ao analisarmos como essas construções são reproduzidas em nossa sociedade, torna-se evidente que elas limitam experiências e consolidam hierarquias entre os sexos.

A dicotomia entre feminino e masculino é uma construção relativamente recente. Até o século XVIII, a concepção dominante da sexualidade humana não se baseava em uma divisão binária, mas sim no modelo do "sexo único" (one-sex-model), no qual a mulher era vista como uma versão inferior do homem. Seu corpo era interpretado como uma variante menos desenvolvida do corpo masculino, sendo a diferença sexual explicada por um eixo hierárquico (LAQUEUR, 2001). Nesse modelo, a perfeição anatômica era associada ao corpo masculino, reforçando a ideia de superioridade do homem e inferioridade da mulher.

Sigmund Freud, ao formular sua teoria da fase fálica, reforçou essa visão ao considerar que a diferença entre os sexos estava ancorada na presença ou ausência do falo. A noção de que a masculinidade está associada ao poder e a feminilidade à submissão estruturou narrativas que sustentam a desigualdade entre os gêneros. Segundo Freud, essa oposição funda as relações de gênero, sendo um dos eixos centrais da organização social (BIRMAN, 1999).

A transição para o modelo de dois sexos (two-sex-model) no século XIX consolidou a diferenciação biológica como base da desigualdade social entre homens e mulheres (SILVA, 2000). O discurso científico da época reforçou a ideia de que a mulher era biologicamente predisposta à fragilidade e à maternidade, enquanto o homem era designado para o trabalho e a esfera pública. Esse modelo não apenas justificou a exclusão feminina de determinados espaços, mas também cristalizou uma visão hierárquica entre os gêneros.

Ana Maria Colling (2015) destaca que a atribuição de papéis de gênero remonta à filosofia grega e às narrativas religiosas, que posicionam a mulher como submissa ao homem. A tradição judaico-cristã reforça esse pensamento, ao apresentar a mulher como responsável pela queda do homem no Gênesis, servindo como justificativa para sua inferiorização ao longo da história.

A construção histórica do patriarcado, conforme analisado por Simone de Beauvoir (1976 apud Fávero, 2011), evidencia que a subordinação feminina não se deu por acaso, mas foi um processo histórico em que os homens consolidaram sua posição dominante. Para Beauvoir, o cotidiano masculino sempre esteve associado à criação e ao progresso, enquanto a mulher foi reduzida à reprodução e à imobilidade social. Essa dicotomia não apenas sustentou a exclusão feminina de determinados espaços, mas também reforçou sua subordinação ao longo da história.

Pierre Bourdieu (2012), em "A dominação masculina", argumenta que a oposição entre masculino e feminino não se restringe ao discurso social, mas está incorporada no modo como os corpos são percebidos e experienciados. A "violência simbólica" atua na reprodução das relações de poder, consolidando a naturalização da inferioridade feminina. Dessa forma, a dominação masculina se perpetua através de estruturas que reforçam estereótipos e limitam as possibilidades de existência das mulheres.

Essas construções sociais estão presentes no cotidiano, manifestando-se em expressões e crenças populares que reforçam estereótipos de gênero. Frases como "mulheres são emocionais", "homens são melhores em matemática" e "futebol não é coisa de mulher" exemplificam a naturalização dessas crenças. Essa construção de gênero não apenas define as possibilidades de atuação de homens e mulheres, mas também impõe barreiras para aqueles que desafiam essas normas.

No contexto das atividades corporais, essa desigualdade se reflete na limitação da participação feminina em esportes tradicionalmente masculinos, como o futebol. A prática esportiva por mulheres desafia as normas de gênero, gerando resistências e sanções sociais. Assim, ao longo do próximo subcapítulo, serão analisadas as implicações da performatividade de gênero no esporte e como essas construções influenciam a percepção do corpo feminino na sociedade.

3. A INSCRIÇÃO DO GÊNERO NO CORPO: ENTRE PERFORMANCE, IDENTIDADE E NORMATIZAÇÕES SOCIAIS

A construção social do gênero determina padrões de comportamento e expectativas para homens e mulheres, atribuindo significados particulares a cada sexo. Como argumenta Fávero (2011), os gêneros são inscritos no corpo, que, embora biológico, é atravessado por significados socioculturais e nunca estático. Essas representações são moldadas por instituições sociais específicas, tornando-se elementos estruturantes da experiência humana.

Historicamente, a concepção de que homens e mulheres possuem naturezas distintas e predeterminadas permeou os discursos sobre sexualidade. Laqueur (2001) propõe o conceito de disformismo sexual, que reforça não apenas a ideia de um corpo específico para a mulher, mas também sua suposta inferioridade natural, seja biológica ou patológica. Essa visão hierárquica dos gêneros é analisada por Bourdieu (2012), ao demonstrar que o feminino é construído em oposição ao masculino, o qual é associado à supremacia e superioridade, naturalizando desigualdades que, na realidade, são produtos históricos e sociais.

Judith Butler (2018) amplia essa discussão ao desconstruir a noção de gênero como um dado fixo. Para a autora, tanto o sexo quanto o gênero não são essências biológicas ou meras construções sociais isoladas, mas efeitos de performances reiteradas ao longo do tempo. Butler argumenta que não há uma essência que o gênero expresse ou externalize, nem um objetivo ideal ao qual aspire. Assim, o gênero não é um fato, mas uma construção social que só existe por meio da repetição de atos que o criam e sustentam.

Dessa forma, gênero não é uma identidade fixa, mas um processo contingencial, moldado por relações sociais, históricas e políticas. Os sujeitos são produzidos e modificados a partir da linguagem e das práticas socioculturais, em um processo dialético e performativo. Fávero (2011) complementa essa ideia ao diferenciar práticas gendradas e o ato de praticar o gênero, destacando

que o repertório de gestos, expressões e atitudes legitimados socialmente constituem a base para a performatividade do gênero.

O corpo, nesse contexto, assume um papel central na construção das identidades. Mead (apud Fávero, 2010) argumenta que a consciência de si se desenvolve na interação social, sendo a comunicação por gestos um elemento essencial na formação dos significados. Fávero (2010) reforça essa perspectiva ao afirmar que símbolos significativos compartilham o mesmo sentido entre os membros de uma sociedade, orientando comportamentos e expectativas.

Guacira Louro (2008) também analisa a construção do corpo como marca de identidade e diferença. Segundo a autora, investimos constantemente na modelagem dos corpos conforme padrões culturais de estética, higiene, moralidade e saúde. Esses padrões, por sua vez, são diferencialmente aplicados a homens e mulheres, reforçando hierarquias de gênero. Stuart Hall (2006) aponta que os significados atribuídos aos corpos são subjetivamente válidos, mas objetivamente inscritos em nossas práticas sociais e instituições.

A performatividade de gênero também se manifesta no esporte, particularmente no futebol. Historicamente masculinizado, o futebol construiu-se como um espaço onde a agilidade, a força e a agressividade são associadas à masculinidade. Butler (2018) argumenta que a estrutura de gênero é punitivista, marginalizando aqueles que não reproduzem as expectativas tradicionais. Mulheres que jogam futebol desafiam esse paradigma, ressignificando gestos e comportamentos considerados exclusivamente masculinos.

A exclusão feminina no futebol inicia-se na infância, quando meninas recebem pouco ou nenhum incentivo para praticar o esporte. Knijnik (2010) destaca que a socialização infantil regula rigidamente as atividades esportivas, vinculando o balé à feminilidade e o futebol à masculinidade. Essa normatização é reforçada por pais, professores e outras figuras sociais, consolidando a construção performativa do gênero.

A regulação da expressão de gênero não se restringe ao feminino. Homens também são submetidos a um modelo restritivo de masculinidade, no qual expressar vulnerabilidade é socialmente sancionado. Em um evento de UFC realizado em 2022, o lutador Paddy Pimblett fez

um apelo sobre o estigma da saúde mental masculina, destacando que há uma crença de que homens não podem demonstrar fraqueza emocional. O atleta enfatizou que preferiria ter seu amigo chorando em seus ombros a ter que comparecer ao seu funeral, reforçando a necessidade de quebrar esse estigma.

Esse discurso ilustra como a construção social do gênero é punitivista, afetando não apenas aqueles que rompem com as normas, mas também aqueles que tentam reproduzi-las rigidamente. A performatividade gendrada, ao impor padrões de comportamento, restringe a experiência humana e limita expressões autênticas de identidade.

4. ENTRE CHUTES E PRECONCEITOS: A TRAJETÓRIA DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

A experiência de meninas e mulheres no futebol tem sido historicamente marcada por desafios que vão além das questões técnicas do esporte. Marta, seis vezes eleita a melhor jogadora do mundo pela FIFA, ilustra bem essa realidade ao recordar que, quando criança, precisava fugir para evitar agressões simplesmente por jogar futebol. Esse episódio simboliza a falta de incentivo e o preconceito enfrentado por meninas que desejam ingressar no esporte, contrastando com o apoio irrestrito oferecido aos meninos. Tal desigualdade está ancorada em estereótipos de gênero que limitam interesses, habilidades e a própria percepção da identidade feminina.

A trajetória das mulheres no futebol reflete um percurso de resistência contra proibições, estigmas e preconceitos. As pressões para que se adequem a padrões de feminilidade e fragilidade ainda persistem, exigindo delas um esforço diário para conquistar espaço. A participação feminina no esporte ocorreu de forma gradativa, sendo inicialmente justificada pela necessidade de manter um corpo saudável para a maternidade, mais do que por qualquer apreciação autônoma pela atividade física.

Victor Andrade de Melo, em "História do esporte no Brasil" (2009), destaca que as mulheres começaram a se inserir nas práticas esportivas no século XIX, mas sua presença foi

limitada até o avanço dos ideais higienistas no século XX. Esses ideais propagavam que os exercícios físicos poderiam beneficiar as mulheres, preparando-as para a maternidade e promovendo um padrão de beleza desejável.

No período inicial, as mulheres eram incentivadas a participar de esportes considerados compatíveis com a "graça" e a "elegância", como o turfe, remo, natação, esgrima, arco e flecha, ciclismo e tênis. O tênis, por exemplo, era visto como apropriado porque permitia que as mulheres praticassem sem comprometer sua feminilidade (ANDRADE DE MELO, 2009, p. 274). O autor ainda enfatiza que, ao longo do início do século XX, o esporte se tornou um meio importante para a sociabilidade feminina, proporcionando a visibilidade de mulheres como protagonistas e não apenas como espectadoras.

O processo de inclusão feminina no esporte gerou a ideia da "nova mulher", que conciliava os ideais tradicionais de fragilidade, honra e devoção à família com valores modernos como saúde, juventude e ousadia. No entanto, para garantir que essa nova participação não violasse os padrões convencionais de feminilidade, muitas modalidades esportivas foram organizadas com o intuito de evitar que as mulheres realizassem atividades de alto impacto ou que pudessem "ameaçar" sua condição biológica e social.

Apesar dessas restrições, mulheres começaram a praticar esportes que desafiavam tais convenções, como corridas de longa distância, lutas e futebol (ANDRADE DE MELO, 2009). No entanto, a aceitação da sociedade brasileira a essa diversidade esportiva foi limitada. Especialistas da época alegavam que atividades mais intensas poderiam comprometer a saúde reprodutiva feminina, justificando medidas de interdição. Isso resultou em restrições legais, como o Decreto-Lei n. 3.199 de 1941, que proibiu a participação feminina em "desportos incompatíveis com sua natureza" (FRANZINI, 2009). Essa legislação vigorou por três décadas e impactou diretamente o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil.

Conforme destaca Franzini (2009), o universo do futebol sempre foi caracterizado como um espaço masculino, não apenas em termos esportivos, mas também como um ambiente sociocultural no qual determinados valores deveriam ser preservados. A inserção feminina no

esporte era vista como uma subversão dessa ordem e, em sociedades marcadamente machistas, essa presença gerava resistências exacerbadas. Nesse sentido, a oposição ao futebol feminino não se restringia à prática esportiva, mas à transgressão de papéis sociais tradicionais atribuídos às mulheres.

Silvana Vilodre Goellner (2007, 2021) também reforça que as convenções culturais influenciam a percepção sobre o que é adequado para cada gênero no esporte. Os gestos, a musculatura, o vestuário e os suplementos alimentares carregam significados que reforçam normas de feminilidade e masculinidade. Goellner (2007, p. 184) destaca que, enquanto os homens são incentivados a buscar a força, a potência e o desafio, as mulheres devem praticar esportes que mantenham sua graça e delicadeza, refletindo o ideal de "essência feminina".

Apesar das restrições e dos discursos normativos, muitas mulheres desafiaram as imposições sociais e continuaram praticando esportes considerados inadequados. Desde o início do século XX, mulheres resistiram às proibições e encontraram formas de participar do esporte, mesmo quando sua prática era oficialmente interdita. Somente na década de 1970, com a revogação da proibição, que o futebol feminino começou a trilhar um caminho mais sólido, ainda que permeado por desafios persistentes (ANDRADE DE MELO, 2009, p. 280).

Dessa forma, a história do futebol feminino no Brasil está intrinsecamente ligada à luta contra barreiras impostas por uma estrutura que, por muito tempo, relegou às mulheres um papel passivo no esporte. O crescimento da modalidade e a busca por reconhecimento são, portanto, parte de um processo maior de afirmação de direitos e ressignificação da presença feminina no cenário esportivo.

5. RESISTÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO: O PERCURSO HISTÓRICO DO FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

A história do futebol feminino no Brasil ultrapassa a simples narração de partidas, gols e personagens icônicas. Trata-se de um percurso marcado pela luta, resistência e superação de

barreiras, contrastando fortemente com a trajetória do futebol masculino. A afirmação das mulheres nesse esporte é uma questão que ainda requer investimento acadêmico, produção de fontes históricas e ampliação da visibilidade.

A inserção das mulheres no futebol ocorreu de forma contestatória, com elas reivindicando um espaço historicamente negado. Desde a criação da modalidade, observa-se uma disputa por poder simbólico, em que a presença feminina desafiou convenções sociais que associavam a prática esportiva masculina a valores como força e competitividade, enquanto restringiam as mulheres a atividades consideradas "adequadas" à sua "natureza" (GOELLNER, 2021). A história do futebol feminino, portanto, está intrinsecamente ligada à desconstrução de estereótipos de gênero, cujas raízes encontram-se tanto em aspectos biológicos quanto em construções culturais.

Antes de analisarmos a entrada efetiva das mulheres brasileiras nos campos, é necessário ampliar a perspectiva para um contexto internacional. Segundo Moura (2003), com base em dados da FIFA, os primeiros registros de partidas femininas ocorreram na Inglaterra, na década de 1880, organizadas por ativistas feministas como Nettie Honeyball. No entanto, diferentes fontes indicam datas distintas para esse marco inicial, como o livro de Bill Murray (2000 apud MOURA, 2003), que menciona um jogo realizado em 1895 entre equipes do Norte e do Sul da Inglaterra, com uma audiência de oito mil espectadores. Essa discrepância evidencia a carência de registros precisos, dificultando a determinação exata do surgimento do futebol feminino.

No Brasil, também há incertezas sobre os primeiros registros da participação feminina no esporte. Witter (apud FRANZINI, 2005) aponta que o primeiro jogo de futebol feminino conhecido ocorreu em 1913, em São Paulo, entre times dos bairros da Cantareira e Tremembé. No entanto, Moura (2003) questiona a veracidade desse dado ao analisar jornais da época. O jornal *Correio Paulistano*, por exemplo, descreveu o evento como uma iniciativa beneficente para a construção de um hospital infantil pela Cruz Vermelha, e não necessariamente uma partida de futebol exclusivamente feminina. O *Diário Popular*, por sua vez, destacou um jogo "à fantasia" entre senhoritas e um time masculino, reforçando a dúvida sobre a natureza do evento.

Nas décadas de 1920 e 1930, o futebol feminino passou a integrar espetáculos circenses, sendo apresentado como uma atração exótica. Segundo Bonfim (2019), companhias como os Irmãos Queirolo e Irmãos Garcia encenavam partidas como forma de entretenimento, reforçando a percepção de que a presença feminina no esporte era um fenômeno excepcional e não uma prática legítima. A partir da década de 1930, porém, o futebol feminino começou a se consolidar nos subúrbios do Rio de Janeiro, especialmente em bairros periféricos como Engenho de Dentro e Realengo, envolvendo mulheres de classes sociais marginalizadas (BONFIM, 2019). Esse crescimento culminou na realização de jogos no Pacaembu, em São Paulo, como preliminares de partidas masculinas, atraindo maior visibilidade.

A ascensão do futebol feminino, contudo, gerou reações conservadoras. Conforme Goellner (2021), a presença das mulheres nos campos desafiava as normas sociais da época, ameaçando concepções tradicionais de gênero e maternidade. Em resposta, o Estado instituiu a proibição formal da prática esportiva feminina por aproximadamente quatro décadas. Mesmo diante dessa proibição, algumas atletas resistiram. Margarida Pereira, a Adyragram, capitã e presidente do Sport Club Brasileiro, manifestou-se contra as restrições, contestando a imposição de limites para a presença feminina nos gramados (GOELLNER, 2021).

Somente em 1983 o Conselho Nacional de Desportos (CND) revogou a proibição, permitindo a prática do futebol feminino sob regulamentação. No entanto, foram impostas regras que perpetuavam a concepção da mulher como "sexo frágil", como a redução do tempo de jogo, do tamanho do campo e do peso da bola (GOELLNER, 2021). Ainda assim, essa mudança possibilitou a formação de clubes pioneiros, como o Radar Futebol Clube e o Saad, que impulsionaram o desenvolvimento da modalidade no Brasil.

No cenário internacional, a FIFA organizou o primeiro torneio feminino oficial em 1988, precedendo a primeira Copa do Mundo Feminina, realizada na China, em 1991. O Brasil garantiu sua participação ao vencer o Campeonato Sul-Americano daquele ano. Em 1996, o futebol feminino estreou nos Jogos Olímpicos de Atlanta, consolidando-se no âmbito esportivo global. Desde então, a seleção brasileira obteve resultados expressivos, incluindo medalhas de prata em

Atenas (2004) e Pequim (2008), além de um quarto lugar na Copa do Mundo de 2019, evento que marcou a primeira transmissão do torneio na TV aberta brasileira (TELLES, 2017).

Embora avanços significativos tenham sido conquistados, os resquícios da proibição ainda impactam a modalidade. O futebol feminino continua enfrentando preconceitos, inclusive questionamentos sobre a sexualidade das jogadoras, refletindo estereótipos de gênero historicamente enraizados (GOELLNER, 2007). A construção social da feminilidade e masculinidade perpetua desigualdades, delimitando espaços e restringindo oportunidades para as mulheres no esporte. O desafio atual, portanto, é não apenas garantir a inclusão plena das mulheres no futebol, mas também promover uma transformação cultural que rompa definitivamente com essas barreiras.

6. ENTRE A BOLA E A IDENTIDADE: A NORMATIZAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO FUTEBOL FEMININO

O futebol, além de ser uma modalidade esportiva de grande impacto global, é um fenômeno cultural que mobiliza emoções, paixões e identidades. No cenário atual, a presença feminina nos espaços futebolísticos tem crescido, seja como torcedoras, profissionais do jornalismo esportivo, pesquisadoras ou atletas dentro das quatro linhas. Entretanto, essa inserção feminina não se dá sem desafios, pois esbarra em construções históricas e sociais que associam o esporte majoritariamente ao universo masculino.

A obra de Priscila Gomes Dornelles e Jilvania Santana dos Santos (2020) lança luz sobre as interseções entre gênero e sexualidade no contexto do futebol feminino, evidenciando como a prática desse esporte pelas mulheres expõe e desafia normas que regulam os corpos e definem as fronteiras entre masculinidade e feminilidade. O entendimento do gênero como uma construção social e normativa revela que as possibilidades e limitações impostas às mulheres no futebol não são naturais, mas resultado de relações de poder que regulam quais corpos podem ocupar determinados espaços (DORNELLES; DOS SANTOS, 2020).

A teoria de Judith Butler (2018) reforça essa perspectiva ao afirmar que o gênero não deve ser visto como mera interpretação cultural de um sexo biologicamente dado. Pelo contrário, trata-se de uma performance reiterada, que reforça ou desafia normas sociais estabelecidas. Essa construção binária do gênero estabelece uma sequência rígida de "sexo-gênero-sexualidade", conforme aponta Louro (2008), criando expectativas sobre comportamentos e identidades. Essa estrutura sustenta a heteronormatividade e a ideia de que a sexualidade deriva, necessariamente, do gênero, reforçando a concepção de que a heterossexualidade é a norma socialmente aceita.

No futebol, esse processo de normatização se traduz na presunção de que as mulheres que praticam o esporte desviam da feminilidade convencional e, conseqüentemente, da heterossexualidade compulsória. Como destacam Dornelles e Dos Santos (2020), a forte associação do futebol à masculinidade faz com que a prática desse esporte por mulheres gere questionamentos sobre sua orientação sexual e identidade de gênero. A expressão de uma feminilidade não convencional no contexto esportivo frequentemente resulta na presunção de lesbianidade ou bissexualidade, reforçando estigmas e preconceitos.

Essa normatização está diretamente ligada à reprodução de um sistema de parentesco baseado na heterossexualidade, como explica Butler (2018). A necessidade de manutenção desse sistema impõe padrões rígidos que definem papéis sociais e expectativas de comportamento para homens e mulheres. Toledo e Teixeira Filho (2010) complementam essa análise ao afirmar que a heteronormatividade estrutura a sociedade ao pressupor a heterossexualidade como padrão normativo, tornando invisíveis ou desviantes outras formas de vivência da sexualidade.

Diante desse contexto, mulheres que jogam futebol frequentemente enfrentam estigmatizações desde a infância. Muitas delas relatam ter sido alvo de apelidos pejorativos, como "molequinho", "maria sapatão" ou "mulher macho", simplesmente por se interessarem por um esporte tradicionalmente masculino. Esse processo de rotulação não se limita à expressão de gênero, mas também à ocupação de espaços que a sociedade associa ao masculino. A prática esportiva, como um todo, é um espaço de construção de corpos generificados, como argumenta Goellner (2007), sendo moldada por discursos e práticas que reforçam identidades de gênero normativas.

Além disso, a imposição de padrões de feminilidade dentro do futebol reforça a exclusão de mulheres que não se encaixam nessas normas. Como observa Kessler (2020), atletas são incentivadas a adequar-se a uma estética mais feminina para facilitar sua aceitação social. Esse fenômeno também se reflete na imposição de vestimentas femininas dentro do esporte, como o uso de shorts curtos, mesmo quando algumas jogadoras prefeririam utilizar bermudas por conforto ou preferência pessoal. Esse tipo de exigência demonstra como a normatização de gênero se manifesta até mesmo em detalhes aparentemente banais, restringindo a liberdade das atletas e reforçando estereótipos.

Ao desafiarem essas normas, mulheres que praticam futebol ocupam um espaço de fronteira, onde a dicotomia rígida entre masculino e feminino é questionada. Louro (2008) destaca que essas fronteiras estão em constante transformação, e alguns sujeitos escolhem habitar esse espaço de ambiguidade, subvertendo expectativas normativas de gênero e sexualidade. Dessa forma, as atletas não apenas reivindicam seu lugar no futebol, mas também desafiam concepções binárias sobre feminilidade e masculinidade.

O reconhecimento da pluralidade das expressões de gênero e da diversidade dentro do futebol feminino é um passo essencial para ampliar a participação das mulheres nesse esporte sem que sua identidade ou sexualidade sejam constantemente questionadas. Como defendem Dornelles e Dos Santos (2020), a compreensão da multiplicidade das masculinidades e feminilidades permite que homens e mulheres atuem de diferentes formas na sociedade, independentemente das normas impostas.

7. O FUTEBOL É PARA TODAS: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, ESPORTE E INCLUSÃO

O futebol feminino, historicamente marcado por preconceitos e desigualdades, ainda enfrenta barreiras impostas por discursos biológicos e sociais que limitam a presença das mulheres em determinadas práticas esportivas. Embora avanços tenham ocorrido, a realidade demonstra que

o acesso ao esporte em condições de equidade, seja no âmbito profissional ou amador, ainda é uma luta constante.

A declaração da jogadora Formiga, única futebolista brasileira a disputar sete Copas do Mundo, reflete a esperança de um futuro onde novas gerações não enfrentarão as mesmas dificuldades que ela vivenciou. Apesar dos obstáculos, o crescimento do futebol feminino no Brasil, impulsionado pelo fim da proibição da modalidade para mulheres, mostra-se inegável.

A inserção das mulheres em espaços de prestígio social, como a política, a gestão empresarial e o esporte, é resultado das lutas feministas que desafiaram estruturas historicamente masculinas. Silvana Goellner enfatiza que os estudos históricos sobre mulheres, ao dialogarem com os estudos de gênero e epistemologias feministas, ampliaram a visibilidade das mulheres como sujeitos históricos.

Essa perspectiva demonstra que não existe uma única "História das Mulheres", mas sim diversas narrativas que refletem realidades plurais. Judith Butler questiona a categoria universal “mulher”, destacando que o próprio conceito é moldado e reprimido por estruturas de poder. Assim, torna-se essencial compreender que a luta feminista deve incluir mulheres em sua multiplicidade: cis, trans, brancas, negras, ricas, pobres, indígenas, entre outras.

Ao romper com a noção fixa do que significa ser mulher, os estudos de gênero têm possibilitado a inclusão das mulheres em práticas esportivas historicamente dominadas por homens. Goellner reforça que essas epistemologias questionam o determinismo biológico e a concepção do esporte como um espaço exclusivamente masculino, inclusive em modalidades que exigem força e vigor físico.

Apesar dessas conquistas, o futebol feminino segue subvalorizado. Dados da FIFA revelam que o Brasil possui apenas 15 mil mulheres registradas em campeonatos, um número muito inferior ao de países como Argentina (27 mil) e Estados Unidos (9,5 milhões). A escassez de categorias de base no Brasil é alarmante: apenas 475 jogadoras menores de 18 anos estão registradas.

Em contraste, nos EUA, o futebol feminino é incentivado desde a infância e estruturado por meio de políticas públicas e programas universitários, permitindo um desenvolvimento

esportivo consistente. Não é coincidência que a seleção feminina norte-americana é tetracampeã do mundo e, recentemente, conquistou igualdade salarial com a seleção masculina em competições oficiais.

A desigualdade de gênero no futebol se expressa, sobretudo, na diferença salarial. No Brasil, mesmo após o anúncio da CBF sobre a equiparação dos prêmios e diárias entre as seleções masculina e feminina, a realidade é que os repasses da FIFA continuam muito discrepantes.

A promessa de dobrar a premiação da Copa do Mundo Feminina para US\$ 60 milhões ainda representa apenas 15% do valor destinado ao torneio masculino, demonstrando como a desigualdade persiste no esporte. O caso de Marta é emblemático. Seis vezes eleita a melhor do mundo, a jogadora nunca recebeu valores proporcionais aos dos principais atletas masculinos.

Em protesto, desde 2018, ela recusa patrocínios esportivos e usa chuteiras sem marca, destacando a campanha “Go Equal”, que luta por igualdade de salários no esporte. Comparando-se com Neymar, enquanto Marta recebia 340 mil euros por temporada, Neymar ganhava 91,5 milhões de euros, evidenciando a desigualdade sistêmica nos patrocínios e na valorização de mercado.

Apesar das dificuldades, a mobilização das jogadoras tem impulsionado mudanças. Um marco nesse processo foi a carta aberta assinada por ex-jogadoras brasileiras, como Sissi e Cristiane, denunciando a demissão de Emily Lima, primeira treinadora mulher da Seleção Brasileira. O documento exigia maior inclusão feminina não apenas nos gramados, mas também na gestão esportiva.

Essas reivindicações ganharam espaço, culminando no crescente apoio midiático e corporativo ao futebol feminino, visível na Copa do Mundo de 2019. Pela primeira vez, todas as partidas foram transmitidas em TV aberta, alcançando mais de um bilhão de espectadores. Outra conquista significativa foi a exigência imposta pela Conmebol de que clubes da série A do Brasileirão mantivessem equipes femininas adultas e de base para poderem disputar a Copa Libertadores da América. Tal medida incentivou a criação e consolidação de times femininos nos principais clubes brasileiros.

A luta pelo reconhecimento do futebol feminino ultrapassa questões salariais e de patrocínio; trata-se de um movimento pela desconstrução de paradigmas que historicamente restringiram a presença das mulheres nos esportes. Como aponta Marta, a igualdade no futebol não deve ser apenas uma obrigação imposta aos clubes, mas uma mudança estrutural que reflita o compromisso com a equidade de gênero. Ao garantir melhores condições para as jogadoras, não apenas o esporte feminino avança, mas toda a sociedade se transforma, promovendo um futuro onde a presença das mulheres no futebol não seja exceção, mas regra.

8. FUTEBOL FEMININO NO BRASIL: ENTRE DESAFIOS HISTÓRICOS E CONQUISTAS CONTEMPORÂNEAS

O futebol feminino no Brasil, muitas vezes, é automaticamente associado à Seleção Brasileira feminina. Representar o país, conquistar reconhecimento global e receber remuneração justa são aspirações comuns entre as atletas da modalidade. No entanto, a análise do futebol feminino nacional não pode se restringir à trajetória da Seleção, ainda que esta desempenhe um papel fundamental na visibilidade e nos incentivos ao esporte. A cobertura midiática, por exemplo, frequentemente foca o protagonismo das jogadoras apenas durante grandes competições, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, negligenciando o desenvolvimento contínuo da modalidade.

Dentre as diversas participações da Seleção Brasileira feminina, os Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Rio de Janeiro, tiveram um impacto significativo na valorização do futebol feminino no país. Durante a competição, mais de 270 mil espectadores acompanharam os jogos nos estádios Engenhão, Arena Amazônia, Mineirão, Maracanã e Arena Corinthians, com destaque para a semifinal contra a Suécia, que atraiu cerca de 70 mil torcedores. Embora a equipe não tenha conquistado uma medalha – perdendo para o Canadá na disputa pelo bronze –, a campanha despertou um novo sentimento entre os torcedores e ampliou a visibilidade da modalidade.

O histórico de restrições ao futebol feminino no Brasil, proibido por quase quatro décadas, contribuiu para a marginalização da modalidade e dificultou sua popularização entre os torcedores. O preconceito de gênero sempre esteve presente: por que as mulheres ocupariam um espaço tradicionalmente masculino? Por que haveria interesse em acompanhar uma performance que contraria a feminilidade padronizada? Esses questionamentos, entretanto, começaram a ser desconstruídos nos Jogos Olímpicos de 2016, abrindo espaço para novas formas de reconhecimento e apoio à Seleção feminina.

A repercussão da campanha olímpica também revelou lacunas no mercado esportivo, como a dificuldade em encontrar camisas da Seleção com os nomes das jogadoras. A Nike, patrocinadora oficial, afirmou que a personalização das camisas dependia da solicitação do consumidor ou dos lojistas, sem uma produção oficial com os nomes das atletas. A ausência de camisas personalizadas gerou protestos, incluindo o gesto simbólico de um menino que viralizou ao riscar o nome de Neymar e escrever "Marta" à mão em sua camisa da Seleção.

Embora o impacto de 2016 tenha sido notável, a ascensão do futebol feminino continuou nos anos seguintes. A Copa do Mundo de 2019, na França, estabeleceu recordes de audiência e demonstrou o crescente interesse pelo esporte. As empresas, percebendo essa demanda, passaram a investir mais na modalidade.

Entre 2015 e 2019, as vendas de camisetas das 14 seleções femininas patrocinadas pela Nike aumentaram 200%, incluindo a do Brasil. Além disso, a Avon, patrocinadora da linha de batons Power Stay, obteve um lucro três vezes superior ao esperado após Marta utilizar as cores vibrantes da coleção em todos os jogos da Copa de 2019. Na mesma edição do torneio, a jogadora se tornou a maior artilheira da história das Copas do Mundo, superando atletas masculinos e femininos.

Eventos recentes confirmam a crescente valorização do futebol feminino no Brasil. Em setembro deste ano, a final do Brasileirão feminino entre Corinthians e Internacional reuniu 41.070 torcedores na Neo Química Arena, registrando o maior público da história em partidas entre clubes femininos no país. O recorde anterior pertencia ao Internacional, que, no jogo de ida da final, atraiu

36.330 torcedores ao Beira-Rio. O movimento "Invasão por Elas", mobilizado por torcedores corinthianos, exemplifica como a conscientização e o engajamento popular são essenciais para fortalecer a modalidade.

Apesar dos avanços, o futebol feminino ainda enfrenta desafios estruturais, especialmente no que diz respeito à formação de base. Diferentemente dos meninos, muitas meninas não têm acesso a categorias de base para desenvolver suas habilidades desde a infância. O fator de gênero influencia diretamente essa desigualdade, pois, na sociedade brasileira, a socialização de meninos e meninas ocorre de maneira distinta, moldando suas oportunidades profissionais e esportivas (KNIJNIK, 2010).

Iniciativas como a equipe Atenas Academy, uma academia de futsal feminino amador criada no Rio de Janeiro em 2016, desempenham um papel crucial no incentivo à prática esportiva por mulheres. Para muitas atletas, o futebol amador representa a única alternativa para manter viva a paixão pelo esporte diante das barreiras impostas pelo preconceito de gênero.

A falta de incentivo à prática esportiva desde a infância também está relacionada à dependência das meninas em relação aos pais. Diferentemente dos meninos, que muitas vezes têm mais liberdade para se dedicar ao futebol, as meninas precisam do aval dos responsáveis para frequentar treinos e competições.

Dessa forma, percebe-se que o apoio familiar, a criação de espaços inclusivos e o fortalecimento das categorias de base são fundamentais para o crescimento sustentável do futebol feminino. Embora a evolução ocorra de maneira gradual, os avanços recentes são inegáveis. A presença cada vez maior das mulheres no futebol demonstra que a modalidade não apenas resiste, mas também se consolida, desafiando estereótipos e exigindo investimentos mais robustos para garantir um futuro mais equitativo para as jogadoras.

9. CONCLUSÃO

A construção das identidades de gênero e a dominação simbólica operam de forma interligada, sustentando desigualdades que transcendem a esfera social e se manifestam em diversos campos, incluindo o esporte. O futebol, historicamente associado à masculinidade, reflete essa estrutura excludente, impondo desafios adicionais às mulheres que desejam se inserir e se consolidar na modalidade. Desde a proibição do futebol feminino no Brasil até a luta contemporânea por reconhecimento e igualdade, observa-se um processo de resistência constante, que desafia normas e reivindica espaços de participação.

Ao longo do artigo, demonstrou-se que a dominação simbólica opera de maneira sutil e profunda, naturalizando desigualdades e dificultando a superação das barreiras impostas ao futebol feminino. A violência simbólica, conforme discutida por Bourdieu (2012), reforça a percepção da inferioridade do feminino, justificando a exclusão das mulheres dos espaços de prestígio. No entanto, os movimentos de resistência, impulsionados por atletas, pesquisadoras e ativistas, têm promovido mudanças importantes na visibilidade e no desenvolvimento da modalidade.

Dessa forma, torna-se essencial questionar e desconstruir os mecanismos que perpetuam a desigualdade de gênero no futebol. Investimentos na formação de base, maior cobertura midiática e políticas de inclusão são fundamentais para transformar o cenário atual e garantir condições equitativas para as mulheres no esporte. O reconhecimento do futebol feminino não deve ser apenas um ideal, mas uma realidade construída por meio da mobilização e do enfrentamento das barreiras impostas pelo patriarcado esportivo.

10. REFERÊNCIAS

ANDRADE DE MELO, Victor. Imagens da mulher no esporte. In: PRIORE, Mary (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BIRMAN, Joel. **Cartografias do feminino**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição**. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. ed. 11. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, n.78, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/mihA>. Acesso em 28 jan 2025.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. Uberlândia, MG, **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, 2015.

DORNELLES, Priscila Gomes; DOS SANTOS, Jilvania Santana. Narrativas de mulheres-jogadoras do interior baiano: rastros generificados do futebol feminino amador em Amargosa/BA. In: **As mulheres no universo do futebol**. Editora UFSM, 2020. p. 95-122.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: psicografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: UFPR, 2011.

FRANZINI, Fábio. "A futura paixão nacional: chega o futebol". In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). **História do Esporte no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 13, ed. 02, p. 171-196, 8 ago. 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gDaQ4>. Acesso em 03 fev 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 27, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Xmimy>. Acesso em 28 fev 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998. Disponível em: <https://encurtador.com.br/zPmHX>. Acesso em 13 fev 2025.

KNIJNIK, J. D. Gênero: um debate que não quer calar. In: KNIJNIK, J. D. **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 25-66.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guaciara Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v. 19, n.2, p.17-23, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/MwUA> . Acesso em 06 fev 2025.

MOURA, José Eriberto Lessa. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. 2003. 125f. Tese (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, Sérgio Gomes. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, São Paulo, 2000. Disponível: <https://encurtador.com.br/EIFoF>. Acesso em 28 jan 2025.

TELLES, Gabriela Pereira. **País do futebol... Feminino? A (In)visibilidade das mulheres nas quatro linhas**. Monografia (Comunicação Social/ Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/12efa>. Acesso em 03 jan 2025.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, ed. 3, p. 729-749, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/OJSL4>. Acesso em 23 jan 2025.

